

Durante quatro dias, quase 1.500 representantes das cooperativas brasileiras se reuniram em Fortaleza, no VIII Congresso Brasileiro de Cooperativismo. As idéias, críticas, debates e aplausos feitos ao sistema, ou em função dele, estão reunidos nesta e nas páginas seguintes

As cooperativas começam a fazer suas exigências

O convencimento da importância social e econômica das cooperativas num país em desenvolvimento como o Brasil, e da necessidade de uma melhor organização do sistema cooperativista, foram dois dos resultados considerados mais positivos do VIII Congresso Brasileiro de Cooperativismo.

Realizado em Fortaleza de 14 a 17 de setembro, o congresso solidificou a consciência de que o cooperativismo brasileiro necessita de reformulações em sua estrutura. E isto provavelmente a partir do próprio Incra, o órgão que, por lei, deve orientar e fiscalizar as cooperativas. Agora, uma antiga tese de criação de um Instituto Nacional de Cooperativismo foi revitalizada.

O descontentamento a respeito vem do fato de a atual política nacional para o setor ser executada pelo Departamento de Desenvolvimento Rural, "uma mera divisão do Incra", como afirmou o deputado Siqueira Campos. "Então, o cooperativismo está realmente desqualificado, descaracterizado pelos ditames oficiais."

Na verdade, o crescimento do cooperativismo no país está exigindo o reexame de uma série de questões. As cooperativas de trabalho, por exemplo, conseguiram que a Organização das Cooperativas Brasileiras, promotora do congresso, assumisse o compromisso de realizar um encontro nacional reunindo apenas representantes destas cooperativas para discutirem exclusivamente os problemas deste setor. Também no que se refere à orientação oficial dada ao cooperativismo hoje, destacou-se a excessiva preocupação do governo em fortalecer as cooperativas de produção, voltadas para o modelo de exportação. A intenção é usá-las para "dinamizar a ampliação da fronteira econômica nacional com a transferência de agricultores de regiões minifundiárias para regiões com terras disponíveis", como disse Lourenço Vieira da Silva, presidente do Incra.

O deputado gaúcho Odacir Klein, no entanto, lembrou, ao participar de um painel realizado durante o congresso, a tendência de responsáveis pela política do sistema encararem o cooperativismo apenas no aspecto econômico, esquecendo-se de seu objetivo pessoal, "de valorização daquele que busca a cooperativa para receber o justo preço". Algumas autoridades, advertiu o deputado, entendem que o cooperativismo "existe apenas para propiciar crescimento econômico, quando na verdade o cooperativismo deve existir preponderantemente para propiciar ao associado a justa remuneração, para evitar a intermediação espoliativa".

Mais radical ainda foi o deputado Siqueira Campos, de Goiás, que quer varrer do vocabulário das relações de trabalho, de produção e de trocas, a palavra lucro. "Lucro", disse ele, "como quer Adam Smith, é palavra que se choca contra as mais legítimas aspirações da pessoa humana. Não podemos viver felizes num mundo em que estamos rodeados de infelizes por todos os lados". Só o cooperativismo seria uma solução, segundo ele, por ser "sobretudo

democrático e igualitário nas relações econômicas".

Os dois participaram de um painel que debateu principalmente dois assuntos, crédito e incentivos fiscais. O mesmo Siqueira Campos chegou a dizer que o problema do crédito, na área de cooperativismo, "é um caso de polícia e constitui parte de uma trama contra os interesses nacionais, que os tecnocratas, aliados aos conglomerados financeiros, promovem e ampliam a cada dia, a ponto de estar sufocando todas as áreas de produção".

O que as cooperativas também pedem é que os incentivos fiscais dados às sociedades anônimas sejam estendidos às cooperativas. Uma tese a respeito foi aprovada neste VIII Congresso, apoiada pelo forte argumento de que dá-se incentivo fiscal em determinadas regiões ou setores da economia às empresas que especulam, enquanto as cooperativas, empresas sem objetivo de lucro que procuram prestar serviços a seus associados, não têm nenhuma forma de incentivo fiscal.

Ainda na área econômica, o ministro da Agricultura Alysson Paulinelli sugeriu, na abertura do congresso, que as cooperativas criassem uma grande empresa nacional para a comercialização de seus produtos, principalmente os de exportação.

O presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Marcos Pessoa Duarte, acrescentou depois que a empresa pedida pelo ministro teria "um quadro de especialidades em comercialização, reduzindo sensivelmente o risco das cooperativas, além de elevá-las à condição de empresas modernas, exigência reclamada por um mercado cada vez mais competitivo".

Mas a sugestão, apesar de importante, não pôde ser debatida no encontro, certamente devido ao considerável número de participantes: quase 1.300 pessoas se inscreveram, e com isto houve sérios problemas de organização que acabaram prejudicando este VIII Congresso.

Algumas decisões importantes também não tiveram a repercussão desejada. O Conselho Nacional de Cooperativismo reuniu-se uma tarde inteira durante o congresso, sob a presidência do ministro Alysson Paulinelli. Entre outras decisões, o CNC expulsou da Organização das Cooperativas Brasileiras, e conseqüentemente do movimento cooperativista, a poderosa Coopersucar (Cooperativa dos Produtores de Açúcar de São Paulo), por não estar enquadrada como empresa cooperativa e por fugir dos objetivos do setor.

Ao final, houve uma proposta para que o próximo congresso, em 1979, fosse realizado em Mato Grosso, mas, por indicação da diretoria da OCB, será novamente realizado em Brasília, como em 1975. Campos Mello, diretor executivo da OCB, justificou com o argumento de que estará começando novo governo "e então o movimento cooperativista terá condições de conhecer a opinião do presidente da República sobre o setor". A participação na sessão de abertura, aliás, foi uma cortesia que o governador cearense Aduino Bezerra, apesar de convidado, deixou de observar.



fotos: Rejane Beeta

Paulinelli: por que não uma empresa forte?

O Ministro levou sugestões

Ou o Brasil continua a ser um mero entregador de produtos agrícolas a outros países ou assume sua posição de país independente. A afirmação foi feita pelo ministro da Agricultura Alysson Paulinelli, na sessão de abertura do congresso, ao conchamar os dirigentes de cooperativas a se unirem na formação de uma grande empresa de comercialização de produtos agrícolas brasileiros.

A idéia do ministro, que em alguns momentos foi interrompido por aplausos, é criar uma empresa forte, capaz de defender a posição do produto brasileiro nas bolsas, nos mercados em que estão competindo. Esta empresa, que abrigaria toda a produção das cooperativas agrícolas brasileiras, deve, segundo ele, "surgir menos como uma ação do governo e mais como resultado da própria evolução que as cooperativas têm conseguido, especialmente na fase do mercado dos produtos e dos insumos da nossa agricultura". E mais adiante afirmou:

— Embora sofrendo os efeitos de uma crise, não podemos nos acovardar, porque já somos olhados como o segundo grande exportador de alimentos: ou assumimos esta incontestável liderança e usufruimos dos reais benefícios que ela possa trazer, ou então repetiremos, mais uma vez, o incômodo fato histórico de ter perdido oportunidade de vantagens do mercado internacional, pela nossa incapacidade de organização do sistema de produção e, principalmente, do nosso sistema de comercialização.

A opção é das cooperativas, segundo o ministro: ou continuam a ser meros entregadores de produtos ou assumem a posição de um país que deve ter autodeterminação para vender onde, como e quando quiser os seus produtos. Paulinelli fez questão de salientar que, ao trazer a idéia de criação da empresa, "não quero que pensem que estamos julgando ainda obsoleta a ação de centrais de cooperativas,

ou das cooperativas singulares que participam dos mercados internacionais". E explicou:

— Creio que só o atual volume de produtos já comercializados em 1977 pelas cooperativas brasileiras daria a uma empresa deste gênero um poder de barganha e uma força de comercialização talvez não entendida ou compreendida por aqueles líderes do cooperativismo que hoje lideram esta comercialização.

AUDITORIA

Paulinelli apresentou outra proposta neste mesmo discurso. Sugeriu a criação de uma instituição — cuja forma jurídica ele não se atreveu a definir, mas para a qual garantiu o apoio do governo — que teria a finalidade de exercer uma fiscalização unificada e um trabalho de auditoria.

O ministro reconheceu que o trabalho desenvolvido pelas empresas de auditoria contratadas pelo Incra para realizar este trabalho não apresentaram os resultados esperados. "Primeiro porque não temos no país um número de empresas suficientemente preparadas para uma ação imediata e concomitante. Em segundo lugar, e sem sentido de crítica, notamos uma relativa precariedade naqueles 52 laudos que recebemos."

Explicou que isso ocorreu porque as análises feitas por estas empresas "nunca podem ter uma visão unificada e uma orientação harmônica" que dê ao governo tranquilidade para adotar exclusivamente este sistema. Daí a sua proposta de montar um instrumento "mais hábil, menos dependente das peias burocráticas como são os órgãos governamentais, mais flexível na arrecadação de um quadro de pessoal específico, treinado especificamente para um trabalho de consultoria, de assessoramento e até mesmo de auditoria nas cooperativas".



Por uma política de eletrificação

Junto com a tese que trata dos incentivos fiscais, examinada na Comissão de Legislação, a que propõe a "Ordenação da Política Nacional de Eletrificação Rural" foi considerada a mais importante do Congresso realizado em Fortaleza. A tese, de autoria da Fecoeresp (São Paulo), e endossada por todas as outras Federações Estaduais de Cooperativas de Eletrificação Rural, pretende que esta ordenação seja baseada nos seguintes princípios: cumprimento das obrigações legais pelas concessionárias; respeito aos direitos do consumidor cooperativista; tutela moderadora do Ministério da Agricultura no Programa de Eletrificação Rural de Cooperativas; e um programa permanente de eletrificação rural cooperativista.

Foi também aprovada a proposta da Fecoeresp, de encaminhamento à OCB de um anteprojeto do decreto de regulamentação (que define o Programa Nacional de Eletrificação Rural), por ela elaborado. A

OCB se encarregará de distribuir cópia do anteprojeto à Presidência da República, Ministério da Agricultura, Ministério das Minas e Energia e Secretaria do Planejamento, considerando estar tramitando a regulamentação do Decreto 79.898, de 01.07.77, tratando do assunto. A íntegra do anteprojeto acompanha a tese.

Outras cinco teses originárias dessa comissão foram aprovadas na sessão plenária. Uma propõe a correção do fator de potência nos sistemas de distribuição das cooperativas, a diversificação da demanda e o uso da eletricidade na produção e conforto das populações rurícolas, objetivando alcançar maior grau de racionalização no aproveitamento da eletrificação rural, com vistas a resultados econômicos, sociais e outros.

"A Eletrificação Rural como Fator de Fixação do Homem ao Campo e do Desenvolvimento e Segurança Nacional" é o título da tese que propõe que o Governo

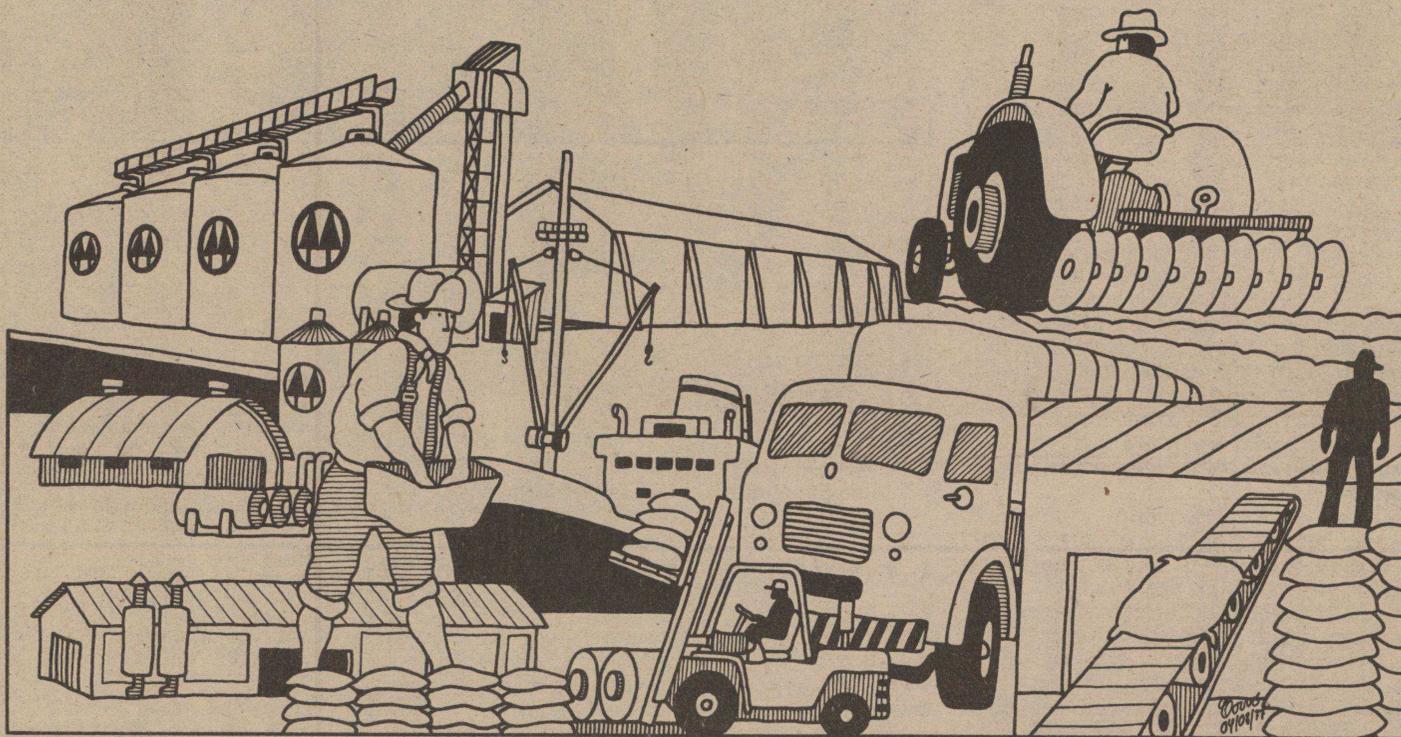
Federal institucionalize uma política nacional de eletrificação rural sob a direção do Ministério da Agricultura e participação do Ministério das Minas e Energia, com base em cooperativas, promovendo recursos de financiamento, assistência técnica e normas tarifárias adequadas à sua expansão.

Um outro trabalho propõe que as concessionárias sejam orientadas pelo Ministério das Minas e Energia, no sentido de respeitarem o princípio da livre adesão dos interessados em se associarem às cooperativas de eletrificação rural. A distribuição de energia pelas concessionárias, em regiões onde funcionem efetivamente cooperativas de eletrificação rural, deverá ser feita, no caso de novas instalações, sempre mediante uma prévia consulta às cooperativas, devendo emprestar prioridade ao atendimento por intermédio daquelas entidades, a menos que o seu custo se revele mais oneroso.

Uma das teses examinadas nessa comissão solicita dos governadores de Estado que dêem especial atenção ao problema "eletrificação rural", recomendando às concessionárias um melhor entrosamento com as cooperativas de eletrificação rural, evitando embaraço ao desenvolvimento do trabalho das mesmas. E um outro pede que seja encaminhada ao Conselho Monetário Nacional solicitação de reexame das con-

dições de juros e adiantamento dos financiamentos para eletrificação rural via cooperativas, com vistas a proporcionar ao agricultor cooperado as mesmas vantagens conferidas ao não cooperado.

Além das teses, três moções foram discutidas nessa comissão e aprovadas pelo plenário. A primeira delas pede que os órgãos vinculados ao cooperativismo orientem e assessoram mais efetivamente as cooperativas de eletrificação rural e que o Ministério das Minas e Energia seja conscientizado para o trabalho que as mesmas desempenham. A outra é uma moção de desagravo ao Grupo Executivo de Eletrificação Rural — Geer — por descon sideração de que foi objeto, deixando de ser convidado para a II Conferência Latino-Americana de Eletrificação Rural, realizada em setembro, em Quito, no Equador, por quem no Brasil deveria, por dever de ofício, entregar-lhe o convite. A terceira propõe que seja definido no BNCC um programa de financiamento às cooperativas de eletrificação rural, dentro de características adequadas à sua atividade; que sejam alocados recursos do Fundo Federal de Eletrificação a esse programa no BNCC; e que seja objetivamente respeitada a prioridade estabelecida pelo artigo 90, parágrafo 3º, da Lei 4.594/64, nos programas de financiamento à eletrificação rural, promovidos por quaisquer entidades oficiais.



Incentivos para as cooperativas

A Comissão de Legislação e Tributação examinou 23 trabalhos, alguns dos quais agrupados por tratarem do mesmo assunto, e propôs à OCB a criação de uma comissão especial que terá o encargo de elaborar um anteprojeto-de-lei que substitua a atual lei 5.764/71, dela retirando as contradições, omissões e outros defeitos que contém. Este anteprojeto deverá conter normas específicas sobre incentivos fiscais, operações tributáveis e não tributáveis, "de modo a deixar o cooperativismo em condições de prosperar com tranqüilidade, livre do assédio fiscal".

O diretor executivo da OCB, José de Campos Mello, apresentou três proposições, todas aprovadas pelo plenário. A primeira delas propõe a aplicação dos Incentivos Fiscais dos Decretos 157 e 1.338 na integralização das quotas-partes do capital das cooperativas, e a aplicação desses incentivos em fundo indivisível, de restituição aos investidores não associados de cooperativas a partir de cinco ou mais anos de sua aplicação.

Propôs também a fixação em um ano do prazo de prescrição dos tributos devidos pelas sociedades cooperativas, normalmente fixado por lei em cinco anos. A outra proposição de Campos Mello, também aprovada por unanimidade, sugere a instituição de um capital rotativo, constituído de um pequeno percentual incidente sobre a receita operacional da co-

operativa, visando ao reforço e manutenção de capital de giro.

Moção procedente do estado de São Paulo propôs que, da arrecadação, resultante da contribuição sindical das cooperativas de trabalho, seja dado um crédito de 60% a favor das representações estaduais e de 15% para a OCB, para que sejam essas percentagens aplicadas em programas que beneficiem as cooperativas de trabalho.

A Cooperativa dos Motoristas de Ribeirão Preto (SP) propôs alterações na lei 5.764/71, com o objetivo de aumentar a influência das cooperativas no CNC, hoje constituído, na sua maioria, de elementos da administração pública. Também é de São Paulo a moção que sugere a alteração do artigo 56 da mesma lei: ocorrendo a hipótese dos membros suplentes do Conselho Fiscal não terem nenhuma participação no período do seu mandato, que fiquem desimpedidos para efeito de reeleição a qualquer título.

Oldeney Farias de Carvalho, do Amazonas, é o autor da tese que trata da exigência do enquadramento de cooperativas, principalmente as de produtores rurais, em sindicatos patronais integrados por industriais. Sendo essa obrigatoriedade infundada, diz o autor que "deve, pois, a OCB desenvolver gestões junto ao Governo Federal, especificamente Ministérios da Agricultura e do Trabalho, no sentido de reconhecer como ilegal o pretenso enquadramento das cooperativas em sindicatos".

A Tese de número 19 propõe a condução do resultado líquido da correção monetária do ativo imobilizado a um fundo especial. A de número 20, de autoria da Coopersucar, foi endossada pela comissão de Legislação, que passou a ser sua autora, já que a OCB não reconhece a Coopersucar como cooperativa, por não se enquadrar na legislação cooperativista. O trabalho conclui que as cooperativas não devem pagar Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza porque os atos praticados com seus associados não caracterizam fato gerador desse tributo. O imposto também não incide porque esses trabalhos não estão listados na legislação específica.

A tese 21 propõe o credenciamento dos departamentos técnicos das cooperativas de produção para emitir certificados de classificação. As atuações constantes das cooperativas pelos Creas (Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), que querem obrigá-las a se inscreverem nesses órgãos, sob a alegação de estarem infringindo o art. 6º da Lei 5.194, de 24.12.66, foi o tema do trabalho de número 22. Esse trabalho "pretende que a OCB gestione a quem de direito, no sentido de que cessem os abusos, uma vez que as cooperativas, por força estatutária, apenas recebem produtos primários para beneficiamento, armazenagem e comercialização, não exercendo, conseqüentemente, qualquer atividade que possa colidir com as áreas de atuação daqueles profissionais".

Igualdade no crédito

Muitos assuntos importantes sobre o cooperativismo de crédito foram analisados numa comissão específica. As teses mais importantes foram aprovadas sem restrições na sessão plenária — e entre elas está a que pede igualdade de tratamento às cooperativas de crédito em relação aos demais agentes financeiros, quando da fixação dos níveis das taxas de juros nas operações de crédito.

Também foi aprovada uma indicação ao Banco Central para que estude o diferencial de juros atualmente atribuído às cooperativas nas operações de créditos destinadas a repasse aos seus associados. Para o BNCC será encaminhado um pedido de concessão de assistência financeira às cooperativas de crédito, a juros módicos e prazo adequado, a ser repassado aos seus associados, sob pena de aniquilamento progressivo das cooperativas de crédito abertas.

Outra tese importante aprovada é a que pleiteia a volta do sistema vigente no decreto lei 22.239, de 1932, hoje revogado, pelo qual as cooperativas de crédito e os bancos populares podem ser criados e funcionar em benefício dos pequenos produtores. A comissão que estudou a tese recomenda que seja criada uma comissão específica de crédito que venha a estudar e acompanhar todos os assuntos pertinentes ao crédito, a nível de cooperativa, com a devida urgência, diretamente com as autoridades competentes, face às ponderações unânimes de que não seria desejável o simples retorno daquela lei, mesmo levando-se em consideração sua importância para a época.

Por recomendação dos participantes, a OCB ficou encarregada de levar às autoridades competentes a conveniência e a necessidade urgente da alteração de sua política com relação ao sistema cooperativo de crédito, para que ele possa revitalizar-se.

Os trabalhos desta comissão de crédito abrangeram também questões relativas ao armazenamento. Esses trabalhos, também aprovados no congresso, propõem: a) que se gestione junto à Cibrazem e Banco Central, no sentido de que seja disciplinado o financiamento de novas unidades armazenadoras, para evitar que se beneficie regiões com capacidade suficiente, em detrimento de outras ainda carentes; b) que a aprovação de propostas para instalação de armazéns dependa de um estudo de capacidade de estocagem da região; e c) que seja eliminada a obrigatoriedade de participação de recursos próprios das cooperativas nos projetos do Pronazem, quando o estudo técnico revelar que elas não dispõem de meios financeiros.

Sugestões à OCB e CNP

Dos trabalhos discutidos pela Comissão de Assuntos Gerais foram aprovadas cinco teses e duas moções. A primeira tese pede que o Conselho Nacional de Petróleo conceda às cooperativas que possuam postos de distribuição de combustíveis e lubrificantes para seus associados, o direito de fornecê-los em conta corrente.

Uma outra trata da situação das proposições aprovadas em congressos anteriores e propõe: a) maior empenho da OCB para o efetivo cumprimento das teses já aprovadas em congressos anteriores e consideradas necessárias ao sistema; b) informação a respeito da respectiva situação, para conhecimento público.

A terceira tese propõe que sejam feitos os entendimentos necessários com a Petrobrás, no sentido de que esta, ao conceder quotas de transporte dos seus produtos, procure aumentar as quotas de cooperativas de transporte.

Também recebeu aprovação unânime dos congressistas a tese que solicita o reestudo dos critérios para determinação de novos métodos de exploração agropecuária, a fim de permitir maior participação de produtores rurais. Finalmente, foi sugerido que a OCB e as Organizações Estaduais de Cooperativas solicitem das autoridades competentes, através de projetos específicos, extensões dos melhoramentos urbanos às comunidades rurais.

Foram ainda aprovadas duas moções, ambas de autoria de Paulo Brandão Rebello, do Rio Grande do Sul. A primeira propõe a integração das cooperativas habitacionais dentro dos princípios autênticos do cooperativismo, e a outra proposição trata do fortalecimento do sistema cooperativo como meio de contenção ao domínio dos grupos econômicos multinacionais, no setor de comercialização e industrialização da produção agropecuária.



No painel, elogios ao cooperativismo e críticas ao capitalismo

O painel realizado durante o encontro de Fortaleza — que não estava no programa e aconteceu somente porque o conferencista José Ribamar de Melo, do Banco Central, deixou de comparecer — foi um dos pontos altos do congresso. A necessidade de uma abertura governamental para que as cooperativas de crédito sejam fortalecidas — com o objetivo de eliminar ou reduzir a dependência do sistema cooperativista em relação aos bancos oficiais e particulares — foi um dos assuntos abordados. O outro foi a concessão de incentivos fiscais ao cooperativismo, considerada hoje absolutamente incipiente.

José de Campos Melo, diretor da OCB e que presidiu os trabalhos, afirmou que o Governo Federal é o grande responsável pela quase inexistência de cooperativas de crédito no país, "porque depois que algumas delas se desviaram de seus objetivos, decidiu acabar com esse tipo de empresa", acrescentando que "o governo não se lembra que no Brasil existem cerca de 300 instituições financeiras, das quais 156 estão sob intervenção federal. No entanto, quando é para apoiar as cooperativas de crédito o governo acha melhor exterminá-las, esquecendo, por exemplo, que o maior banco da França é o Banco Cooperativo, que na maioria dos países as cooperativas de crédito têm um lugar especial na economia nacional, e que um terço da economia alemã é depositada em cooperativas de crédito".

Diversos deputados, federais e estaduais, participaram do painel, entre eles os gaúchos Odacir Klein, do MDB na Câmara Federal, e os estaduais Celso Testa (Arena), Jorge Bandarra (MDB), e Adolfo Puggina (Arena). "As opiniões em torno do cooperativismo sempre tiveram o objetivo de mostrar que este sistema é a solução ideal

"É preciso varrer a palavra lucro"

para os problemas sócio-econômicos", disse Klein, lamentando, no entanto, o fato de que "muitos vêm o cooperativismo apenas sob o ponto de vista econômico, quando ele deve ser olhado com muito maior atenção pelo lado humano, pelo lado social, enfim, como uma maneira de evitar a espoliação do homem".

Odacir Klein, que já foi dirigente cooperativista, salientou que no sistema tributário ocorre uma anomalia quanto aos incentivos fiscais: "Os incentivos sempre são concedidos a empresas de caráter mercantil, às empresas que especulam, enquanto as cooperativas não podem gozar desse benefício, embora enfrentem grandes dificuldades econômicas e sejam obrigadas a recorrer aos bancos para atualizar seu patrimônio e obter capital de giro". Concluiu sua participação propondo que do congresso saísse uma sugestão de fórmula para que as cooperativas sejam beneficiadas com os incentivos fiscais, "para que o assunto seja levado ao Congresso Nacional e debatido pelos dois partidos, buscando-se uma solução para este problema".

Jorge Bandarra também falou sobre o cooperativismo brasileiro, criticando o tratamento que lhe é dispensado e que o coloca em segundo plano. O deputado gaúcho destacou um aspecto constrangedor, que ocorre freqüentemente: "Quando uma cooperativa quer um repasse, é uma luta consegui-lo, ao passo que os bancos têm as maiores facilidades". Ele salientou a necessidade de o cooperativismo deixar de ser apenas um subsistema econômico, para se tornar realmente um sistema e criar condições "de fazer frente às explorações de toda ordem".

Outro deputado federal que se pronunciou sobre os problemas do movimento cooperativista foi o cearense Síqueira Cam-

pos, eleito pela Arena de Goiás: "É preciso varrer a palavra lucro, porque ela se choca com as legítimas aspirações humanas. Só o cooperativismo, com sua filosofia voltada para o homem, para o seu bem-estar, e contra o massacre, o esmagamento que caracterizam o capitalismo, pode solucionar os inúmeros problemas que afligem o homem".

Sobre o problema do crédito ele declarou que "se não houver uma mudança radical para se dar uma oportunidade às cooperativas, nós seremos uma massa falida e os síndicos serão os banqueiros, porque não sabemos para onde os banqueiros e a tecnocracia pretendem nos levar". Criticou os bancos que, no primeiro semestre deste ano, obtiveram um lucro de 22% em relação ao ano anterior, e a concentração do poder financeiro no triângulo São Paulo — Rio — Minas, "quando deveria estar espalhado por todo o país, em cooperativas de crédito".

Siqueira Campos defendeu ainda a criação do Instituto Nacional de Cooperativismo, um órgão não apenas representativo, mas de força política e econômica e que, integrado ao Ministério da Agricultura, seria a solução adequada para os problemas que o sistema cooperativista brasileiro enfrenta.

Durante o painel, Hermídio dos Reis, diretor da OCB, reivindicou um maior poder político para as cooperativas, inclusive com a eleição de deputados, estaduais e federais. Ele criticou o fato de as cooperativas não terem um órgão federal para defendê-las, já que, atualmente, o órgão máximo junto ao governo é uma simples divisão do Inca. E sugeriu que, "se necessário for, vamos criar um partido cooperativista dentro da multiplicidade de partidos, pois está na hora de mostrarmos a nossa força econômica, social e política".



COOPERATIVISMO

O auditório lotou muitas vezes, mas a participação foi pequena

Os pedidos de auxílio

A Comissão de Organização, Administração e Integração contou com 112 participantes e, dos sete trabalhos colocados e discutidos, apenas quatro, duas teses e duas recomendações, foram aprovados. As duas recomendações, que serão inseridas nos anais do congresso, propõem: 1) que os órgãos oficiais de cooperativismo prestem maior assistência às incipientes cooperativas de transporte de cargas e que o BNCC lhes abra linha especial de crédito para renovação de suas frotas de veículos; 2) que os órgãos e entidades participantes do Pronacoop incluam as cooperativas escolares entre os beneficiários do referido plano.

Uma das teses aprovadas, de autoria de Bernardino Conte, presidente da Fecovinho, do Rio Grande do Sul, solicita apoio das autoridades federais e estaduais ao processo de fusão entre as cooperativas de vinho daquele estado, como única forma de evitar que sejam absorvidas por empresas multinacionais. A outra proposição, de autoria de Hélcio Totino, de Minas Gerais, advoga a criação de comunidades rurais centralizadas em "vilas", dotadas de equipamentos sociais compatíveis, visando a fixação e valorização do homem do campo e, por esse meio, equacionar a demanda e o uso da mão-de-obra rural, melhorando a produtividade do trabalho e os seus níveis de rendimento econômico, atendendo, simultaneamente, à estabilidade dos empreendimentos agroindustriais.

Prioridade à educação

As três teses analisadas pela Comissão de Doutrina e Educação foram aprovadas pelos participantes do congresso. A primeira pedia que este VIII Congresso declarasse não haver incompatibilidade entre os objetivos da doutrina cooperativista e a aceleração concentratória (fusões, incorporações e outras) das cooperativas, desde que a finalidade agregativa tenha por fim a prestação de serviços aos cooperados, dentro dos princípios cooperativistas.

A segunda tese prega que os centros de educação cooperativa incentivem a realização de pesquisas sobre a produção, categoria e objetivos dos serviços prestados pelas cooperativas a seus associados e usuários.

A última tese propõe a organização de um programa de treinamento, a nível nacional, nas várias áreas de ensino (graduação, pós-graduação, divulgação, extensão e especialização), com o objetivo de desenvolver melhor qualificação de técnicos, administradores, dirigentes e funcionários de cooperativas, além de seus associados, para dar a todos eles uma visão mais objetiva de propósitos, finalidades e meios que o cooperativismo tem a seu alcance para realizar suas metas econômico-sociais. Este programa pode ser executado nos estados através das organizações de cooperativas, mediante convênio com os vários órgãos oficiais que se encarregam desse setor.



A mobilização foi importante. Mas, e o debate?

O presidente da Ocergs — Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul —, Seno Dreyer, acredita que o Congresso foi válido pela expressão que deu ao cooperativismo, já que o número de inscritos foi recorde, superando os 1.200. "As bases que se movimentaram, levaram um grande número de participantes, inesperado, o que demonstra o interesse dos cooperativados na busca de soluções."

Este, porém, segundo Seno, foi o único sucesso obtido pelo movimento neste encontro: "A Ocergs já havia sugerido, antes da sua realização, que no congresso fosse apresentado um número de teses limitado, básicas, de temas atuais, objetivos. Se assim fosse, haveria tempo para um debate amplo e um aprofundamento consciente e de efeito produtivo."

A sugestão gaúcha, no entanto, não foi aceita e o que se viu foram sete comissões analisando rapidamente — porque o tempo era curto — 113 teses, moções e recomendações, que nem ao menos puderam ser debatidas em plenário porque, se fossem, "o congresso terá que ser prorrogado e entraremos noite adentro trabalhando", conforme disse o presidente da mesa e diretor executivo da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), José de Campos Mello, quando ocorreu a primeira tentativa de discussão.

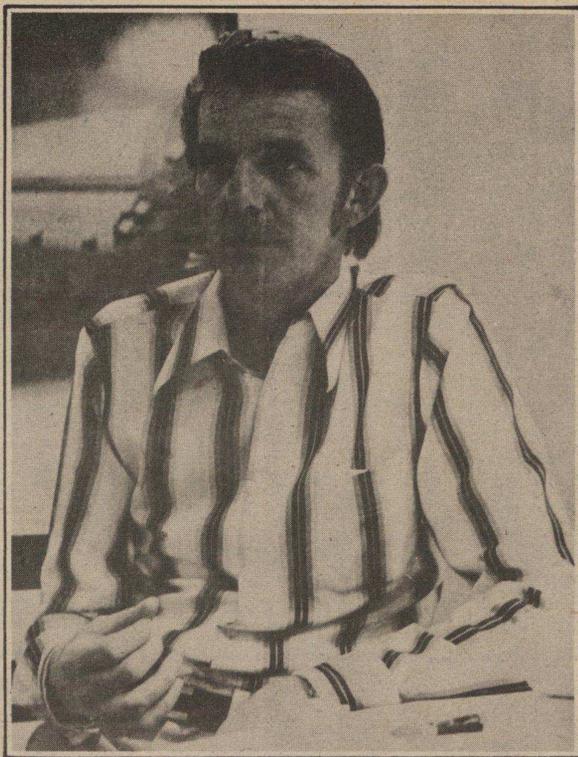
Seno Dreyer diz que uma das teses — incluída neste número limitado que ele sugere — deveria estar relacionada com o sistema creditício em geral, "onde seriam levadas as sugestões, as necessidades, os anseios do cooperativismo e de todos os setores indistintamente". Ele afirma que não quer, com esta sugestão, desprestigiar autores de outras teses, "que têm natural-

mente grande valor, mas acabam se diluindo, pois pelo excessivo número não há a viabilidade do aprofundamento necessário."

O presidente da Ocergs propõe que, neste período que antecede o próximo congresso (a se realizar em Brasília em 1979) seja criada, pela OCB, uma comissão de alto nível que se encarregue de selecionar e fundir as teses a serem apresentadas. "Com no máximo seis ou sete teses objetivas e um tema básico, creio que os resultados do encontro poderão ser muito melhores do que os alcançados neste último, muito aquém do esperado." Seno Dreyer lembra que, sob o aspecto de um posicionamento do sistema cooperativista brasileiro, não aconteceu praticamente nada de novo no congresso de Fortaleza: "Então as lideranças voltam aos seus estados sem um programa específico para levar às suas bases."

Ainda invocando o número excessivo de teses apresentadas, Dreyer diz que o painel realizado durante o congresso e que contou com representantes da Câmara Federal, além de deputados estaduais de diversos estados, também não atingiu seu objetivo: "Um painel só se entende quando há o debate, isto é, quando se divide o tempo — a primeira parte para explanação e a segunda para discussão. O que ocorreu em Fortaleza foi que a base recebeu a mensagem do seu representante político. Mas eu pergunto: o político recebeu a reivindicação da base? Não. Não recebeu. E a razão foi novamente falta de tempo, devido ao grande número de teses".

Ele lembra ainda as duas proposições lançadas pelo ministro da Agricultura Alysoun Paulinelli: "O ministro lançou, na ses-



Seno Dreyer, presidente da organização gaúcha, lamenta: a falta de condições para o debate prejudicou o congresso

são de abertura, duas proposições que o congresso não analisou. Será que estas duas proposições não eram importantes e por isso foram deixadas de lado durante os quatro dias em que os maiores líderes do cooperativismo brasileiro estiveram reunidos em Fortaleza?"

Embora desgostoso com os resultados do encontro, Seno Dreyer não nega, contudo, que em parte houve sucesso, em decorrência do grande número de inscritos, o que veio reafirmar a força que o movimento tem no país, uma força da qual as lideranças talvez ainda não tenham adquirido consciência. Mas Dreyer adverte que, toda vez que o sistema cooperativista vai pedir algo, reivindicar alguma coisa, "não deve ser de forma paternalista, mas de acordo com o movimento, que é muito grande e tem condições de exigir". Ele lembra que somente no Rio Grande do Sul existem 380 mil associados de cooperativas, "no Brasil 1,5 milhão, e se nós vírmos este número multiplicado pelos dependentes, temos 10% da população brasileira

ligada ao sistema cooperativista. O cooperativismo é um instrumento para o benefício comum, levando melhores preços aos produtores, minimizando os custos aos consumidores primordialmente na área da produção primária e produzindo alimentos que, sem dúvida nenhuma, num futuro muito breve serão a grande problemática mundial".

Dreyer lembra ainda que, além da área de produção, existem muitas cooperativas já atuando ou para se instalarem em outras áreas, "tanto na prestação de serviços como de consumo, habitacional, crédito e outras, que no nosso entender são a fórmula para evitarmos o multinacionalismo e a estatização, pois a própria comunidade garantirá as soluções, dando o suporte necessário ao governo". Um defensor arraigado do cooperativismo, Dreyer ficou um pouco decepcionado com o que viu em Fortaleza, mas tem esperanças de que, com um pouco mais de cuidado na organização, os próximos encontros trarão um grande fortalecimento para o sistema.

"Algumas forças resistem em face do poder que mantêm, oriundo do processo secular de exploração"

Um das mais apaixonadas defesas do cooperativismo brasileiro foi feita na sessão de encerramento do congresso de Fortaleza pelo economista José Apolônio de Castro Figueira, presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Ceará.

Ele denunciou as pressões que o cooperativismo recebe tanto da empresa privada como de órgãos do governo e também apontou falhas na distribuição de incentivos fiscais, que não beneficiam as cooperativas, quando estas poderiam encontrar aí uma forma de capitalização para enfrentar um de seus principais problemas — o capital de giro.

— A qualidade e a profundidade do pensamento de hoje, disse Apolônio, refletem a grande evolução e grandeza do cooperativismo brasileiro, que tomou lições na cultura e no exercício do cooperativismo que se pratica no ocidente.

— Sem ferir dogmas, fomos construindo um modelo que, embora carente de reformulações, pôde até aqui produzir resultados e força que ameaçam deslocar e bater outras forças que ainda resistem, em face do poder que mantêm, oriundo da fortuna que acumularam no processo secular de exploração.

"Muitas forças ainda resistem às cooperativas"

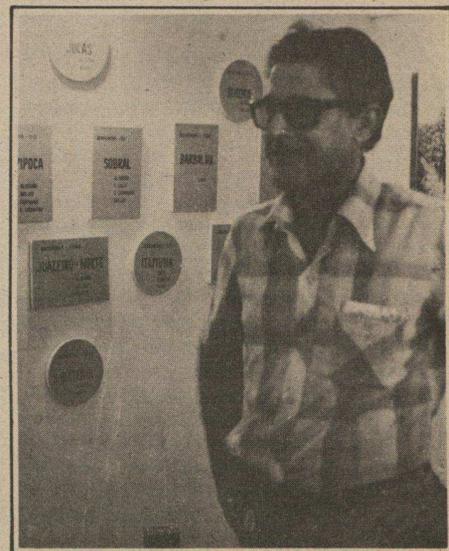
— As resistências abertas e declaradas que o poder econômico oferece ao cooperativismo nos dias de hoje, ao lado daquelas outras resistências surdas de gabinetes, são o indício de que esse poder não está gostando do nosso jeito de lutar pela melhor e mais justa distribuição de renda, e pela criação de um modelo econômico mais sadio, mais estável e equitativo que queremos para a nação.

Apolônio revelou que o que lhe causa certa perplexidade é a insensibilidade e até mesmo a reação de escalões administrativos e técnicos do governo aos propósitos do cooperativismo. Acredita que a palavra do presidente Geisel, declaradamente a favor do cooperativismo, no VII Congresso, realizado em Brasília há dois anos, não foi devidamente ouvida, "ou está sendo propositalmente olvidada, tal é o despreço que se observa por parte de determinados setores da administração pública, para assuntos e interesses do cooperativismo". Fez, porém, uma ressalva, em defesa do Ministério da Agricultura, BNCC, Inbra, CFP (Comissão de Financiamento da Produção), "que têm prestado grandes serviços ao sistema".

Há muito tempo Apolônio de Castro Figueira defendia o direito das cooperati-

vas também serem beneficiadas com os incentivos fiscais. Agora, como o problema foi levantado neste congresso, através da moção de autoria de José de Campos Mello, diretor-executivo da OCB, e amplamente debatido no painel que contou com a presença de parlamentares das áreas estadual e federal, o presidente da Ocergs propôs que, para os dias futuros, a bandeira de luta do cooperativismo brasileiro seja a dos incentivos do Imposto de Renda: "Vamos ver como se comportarão e que ouvidos nos darão os que podem decidir", disse ele. "Não aceitaremos que o cooperativismo fique à margem dos incentivos do 157 e do Finor, — um programa de estímulo à implantação de empresas no Nordeste —, pois não é certo que, também necessitando de recursos para não depender tanto do sistema financeiro, fique de braços cruzados, assistindo à ampliação do fosso que o separa, em termos de riqueza patrimonial, do capitalismo privado e estatal". E lembrou que, caso esta proposição seja aprovada pelo governo, "o cooperado vai ter direito a capitalizar sua cooperativa pelos incentivos do Imposto de Renda, ao invés de capitalizar as empresas que são contra o cooperativismo".

Ele afirmou que o Finor não poderá continuar a formar capital apenas das em-



presas ditas mercantis, com base nas doações do governo, decorrentes da redução de 50% do Imposto de Renda. E fez uma indagação: "Se o cooperativismo é uma empresa, e mais do que uma empresa, porque é um movimento e um esforço humano e solidário de distribuição equitativa de renda, dentro dos mais puros padrões de democracia, por que lhe falece o direito de ter acesso ao Finor?"

Apolônio de Castro lembrou que o Finor foi instituído com o propósito de redistribuir a renda, mas lamentou que o objetivo do governo não venha sendo atingido, "porque o faz ou tenta fazer de forma indireta através do capitalismo que frustra, de saída, pelo seu objetivo de lucro e de formação de capital, o objetivo central que é o homem do Norte-Nordeste".